



**XIV REUNIÃO DE DIRETORES/AS DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS/AS
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

ATA

Salvador, Bahia, 27-28 de outubro de 2021

Decorreu nos dias 27 e 28 de outubro de 2021, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, a XIV Reunião de Diretores/as de Política de Defesa Nacional ou Equiparados/as da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DPDN/CPLP).

Estiveram presentes o representante do Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD) da República de Angola, Brigadeiro José Catumbela, o Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE) do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, General de Exército Eduardo Antonio Fernandes, o Diretor Nacional da Defesa (DND) do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde, Coronel Armindo Sá Miranda, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) da República da Guiné-Bissau, Brigadeiro-General Marcolino Alves, a Diretora-Geral de Cooperação Militar (DGCM) do Ministério da Defesa da República da Guiné Equatorial, Dra. Aquilina Mangué Evuna, o Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD) da República de Moçambique, Coronel de Infantaria Omar Nalá Saranga, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e Coordenador do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Dr. Paulo Lourenço. Participaram ainda, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Capitão-de-mar-e-guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo e o representante do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), Dr. Rogério dos Santos. O secretariado da reunião ficou a cargo da Dra. Cláudia Bicho, representante do SPAD da CPLP.

Os trabalhos desenrolaram-se sob a presidência do CAE do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, General de Exército Eduardo Antonio Fernandes, Presidente do órgão, que, depois de desejar as boas-vindas a todas as delegações, deu início aos trabalhos, desejando uma discussão profícua sobre os assuntos de Defesa da CPLP, destacando o incentivo de Angola e de Portugal no retorno ao formato presencial desta Reunião, bem como dos outros Estados-Membros (EM).



Em seguida, o General Fernandes, Presidente do órgão, submeteu à apreciação a Agenda de Trabalhos, que mereceu aprovação unânime (Anexo A).

Ponto 1. – Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas

O presidente do órgão deu a palavra ao DGPDN de Portugal, país proponente do tema.

O DGPDN de Portugal começou por agradecer o acolhimento do Brasil e o enorme empenhamento deste EM na concretização do formato presencial desta Reunião, crucial para a Componente de Defesa. Historiando este processo, desde o seu início em 2019, o Dr. Paulo Lourenço aludiu ao documento de enquadramento apresentado pelo SPAD, apelando ao seu aprofundamento, de forma a conferir uma base para estas missões e reiterando o empenho de Portugal em dar sequência a este projeto, no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) e a disponibilizar apoio nas fases de planeamento, aprontamento e integração nas referidas missões de paz. Referindo-se à próxima reunião ministerial sobre operações de paz da ONU, a realizar-se em Seul, no início de dezembro, propôs que os/as Ministros/as da Defesa dos EM da CPLP presentes, se pudessem encontrar à margem, conferindo visibilidade e elevando o perfil da Organização. Deu nota da enorme receptividade manifestada pelo Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DPO) no reforço da participação de EM da CPLP em missões da ONU, podendo identificar-se eventuais incentivos específicos e formatados à medida dos países que nelas quiserem participar. Manifestou a disponibilidade de Portugal para continuar a coordenar o GT já criado no âmbito desta reflexão, exortando a um trabalho mais efetivo, que permita integrar o respetivo produto final no processo de decisão da Componente de Defesa. A finalizar, aludiu à Missão de Treino da UE (EUTM), em Moçambique, e à possibilidade de a mesma estar aberta à participação de países não pertencentes à União Europeia, incluindo EM da CPLP.

O representante do DNPD de Angola, agradecendo ao Brasil o caloroso acolhimento, confirmou já terem sido indicados os respetivos pontos de contacto (POC) no GT, informando que o seu país está a trabalhar nas suas capacidades nacionais internas, sendo conferida prioridade à criação do Centro de Formação de Excelência, para o qual contava com o apoio dos EM da CPLP. Informou que se encontrava em Angola, desde ontem, o Subsecretário-Geral das Nações Unidas para as Operações de Paz, Jean-Pierre Lacroix, que foi acolhido pelo DNPD e será recebido pelo Presidente da República de Angola. Finalmente, em relação à reunião de Seul, informou que deverão estar presentes a Secretária de Estado das Relações Exteriores e o Secretário de Estado para a Defesa Nacional.

O CAE do Brasil manifestou apoio à proposta, considerando interessante melhorarmos a participação em operações de paz, numa lógica também multilateral junto das Nações Unidas,



havendo que estudar e ter em conta as características próprias de cada EM, pelo que solicitou um documento de apoio à decisão ministerial. Informou que o Brasil gostaria de conhecer os referidos incentivos das Nações Unidas, nesta matéria, e que dispunha de equipas preparadas, incluindo com militares do sexo feminino, correspondendo aos objetivos da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”. Lembrou que em 1 de janeiro de 2022 o Brasil assumirá o lugar de membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o que aumentará as responsabilidades e as exigências na sua participação em missões desta Organização, aludindo à ligação próxima que as Relações Exteriores e a Defesa têm neste tema. Expressou orgulho de ver o progresso do Centro de Excelência de Angola, projeto que o Brasil apoiará e no qual cooperará, em função de decisão a adotar ao nível ministerial. Deu nota de que o Ministro da Defesa brasileiro estará presente em Seul, importando verificar o impacto do encontro entre os/as Ministros/as da Defesa no peso e visibilidade da CPLP. No que respeita a Moçambique, expressou a solidariedade com a situação que se vive em Cabo Delgado e manifestou abertura para apoiar aquele que é grande parceiro bilateral no domínio técnico-militar, solicitando o envio de um pedido, seja da UE através de Portugal, ou diretamente de Moçambique, identificando as necessidades, e tendo em consideração que em 2022, no quadro da comemoração dos 200 anos da independência do Brasil, haverá diversas iniciativas institucionais que ocuparão a agenda daquele EM, em especial das suas Forças Armadas.

O DND de Cabo Verde secundou as palavras dos antecessores e enalteceu o empenhamento do Brasil na organização e realização da Reunião de MDN e de DPDN/CPLP. Referiu que o assunto tem merecido a atenção dos/as MD de Cabo Verde, que querem que o seu país, apesar de especificidades próprias, esteja comprometido com este processo, para o qual quer contribuir na medida das suas possibilidades. Quanto à proposta de encontro em Seul, avançou que vai levar o assunto à consideração da MDN. Deu nota da adesão de Cabo Verde a propostas do Brasil para formação em operações de paz, o mesmo sucedendo em relação a Portugal, bem como do interesse sempre manifestado a Angola em relação à participação e apoio ao Centro de Formação. Por último, felicitou o Brasil pelo lugar de membro não permanente no CSNU.

O DGPDN da Guiné-Bissau agradeceu o acolhimento e considerou que este tema não era novo, pois a criação dos exercícios FELINO tinha por objetivo capacitar as Forças Armadas dos EM para missões e operações de paz. Aludiu às vantagens que uma língua comum pode trazer para este processo, considerando que quando participamos em missões noutras organizações internacionais somos hóspedes, obrigados a falar uma língua que não é a nossa. Indicou ter recebido a proposta portuguesa com muito agrado, porquanto a Guiné-Bissau sente alguma inércia da Comunidade e alguma lentidão no desenvolvimento dos processos, exortando Portugal e o Brasil a aproveitarem os recursos dos restantes EM para uma progressão mais rápida, que faça crescer o sentimento de

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Gen By' and 'es']



família e identidade da Componente de Defesa. Antes de concluir, solicitou o envio do convite para o encontro de Seul, no qual a Guiné-Bissau está muito interessada e que considerou muito útil.

A DGCM da Guiné Equatorial agradeceu ao Brasil o acolhimento e expressou o gosto em estar pela primeira vez neste órgão, manifestando o interesse do seu país em envolver-se nos trabalhos da Componente de Defesa, nos quais irão procurar participar de forma mais plena. Referiu apoiar as propostas de Portugal, incluindo sobre o encontro à margem em Seul, saudou a criação do Centro de Formação em Angola e manifestou disponibilidade para colaborar na concretização deste processo. Considerou importante que a CPLP assumisse uma maior presença nas operações de paz, à semelhança de outras organizações internacionais, elevando a participação da Organização nas Nações Unidas. Sugeriu que este processo não se centrasse apenas nas operações de paz, mas pudesse orientar-se também para missões de apoio aos EM.

O DNPD de Moçambique assinalou ser esta a primeira vez que participava nestas reuniões, agradeceu a calorosa recepção do Ministério da Defesa do Brasil e as condições postas à sua disposição e da sua delegação e manifestou inteira disponibilidade para cooperar com a Componente de Defesa da CPLP. Referindo-se à situação de segurança em Moçambique, indicou que a mesma se encontrava relativamente estável, apesar de complexa, tendo em conta os relativos avanços no combate ao terrorismo em alguns Distritos da Província de Cabo Delgado e do apoio de parceiros bilaterais e multilaterais e uma resposta da comunidade internacional na dimensão humanitária e de apoio às FADM. Agradeceu o contributo da CPLP, e de forma particular a República de Angola pelo seu engajamento na missão da SADC em Moçambique, e a Portugal pelo papel que desempenhou na qualidade de Presidente do Conselho da União Europeia, cujo empenhamento culminou com a aprovação do estabelecimento da missão militar de formação da União Europeia em Moçambique, cujo lançamento esta previsto para a primeira semana de novembro de 2021. Em matéria de desarmamento, desmobilização e reintegração dos guerrilheiros da RENAMO, qualificou o apoio da comunidade internacional como relevante para a consolidação da paz no território nacional. Considerando que a proposta portuguesa era muito bem-vinda, lembrou a participação de Moçambique em missões de apoio à paz, sobretudo na qualidade de observador, e deu nota da existência de um Centro de Formação de Missões de Apoio à Paz, que tem estado inativo, mas que poderá ser reativado e robustecido. Referiu já ter indicado o POC para o GT, assinalando o empenho em catapultar o papel da CPLP nestas operações, pese embora o facto das FADM se encontrarem desdobradas em vários teatros operacionais impedir que, neste momento, Moçambique esteja em condições de participar com todas as suas capacidades nacionais, condicionando essa participação ao estatuto de observadores militares. Considerando interessante a possibilidade de um encontro dos/as MDN da CPLP em Seul, ou noutro local, por transmitir uma imagem forte de envolvimento

Handwritten notes in blue ink:
CPLP - Guiné Equatorial - 2020

Signatures:
[Signature 1] [Signature 2] [Signature 3] [Signature 4] [Signature 5]



da Comunidade no tema das operações de paz, sinalizou a necessidade de os/as MDN terem conhecimento prévio dessa possibilidade. A finalizar, felicitou Cabo Verde pela harmonia registada na recente eleição do Presidente da República.

O Diretor do CAE/CPLP manifestou a disponibilidade do Centro para contribuir para esta reflexão no seio do GT.

O representante do SECPLP agradeceu a hospitalidade do Brasil e indicou que a informação recolhida neste ponto de agenda iria ser transmitida para conhecimento das respetivas estruturas.

O CAE do Brasil considerou que do encontro de Seul resultaria a mensagem política de que a CPLP se encontrava junta e unida no tema das operações de paz, e manifestou a necessidade de fazer chegar esta informação a São Tomé e Príncipe e a Timor-Leste. Mais informou que o Brasil dispõe de dois Centros ligados às operações de paz, o Centro Conjunto “Sérgio Vieira de Mello”, sob responsabilidade do Exército, e o Centro de Operações de Carácter Naval, sob responsabilidade da Marinha, disponíveis para a identificação de necessidades dos EM.

O DGPDN de Portugal considerou que o encontro de Seul não tinha de traduzir-se numa reunião formal, constituindo-se antes como um momento simbólico que sinalizaria a identidade própria e a visibilidade da CPLP. Fez referência à criação do Centro do Atlântico/*Atlantic Centre* que, embora sobretudo centrado no Atlântico, estava disponível para contribuir para a capacitação de todos os EM. Identificando a necessidade de renovar o mandato do GT e de lhe conferir objetivos mais concretos, propôs a revisão do documento de enquadramento à luz das discussões havidas na Reunião de CEMGFA/CPLP, ancorando-o num cronograma, tal como sugerido pelo CAE do Brasil. Considerou que, independentemente do número de EM envolvidos numa futura operação de paz, a mesma poderia constituir uma missão da CPLP, desde que a Comunidade assim o declarasse. Lembrou que os exercícios FELINO, tal como referido no documento de enquadramento, se constituíram como embrião deste processo, cuja evolução precisava de ser capaz de juntar a ambição que temos, com uma dimensão prática e pragmática que a concretize. Concluiu transmitindo o seu agrado com a presença plenamente participante da Guiné Equatorial nestes trabalhos, indicando que no âmbito da cooperação de Defesa com os países de língua portuguesa estão em curso programas específicos direcionados à formação em língua portuguesa.

O DNPD de Moçambique, aludindo à ideia expressa pelo DGPDN de Portugal, de que nem todos os EM teriam de estar envolvidos numa futura operação de paz, disse ser importante estabelecer critérios para o empenhamento dos países nessas missões.

O representante do SECPLP comunicou que estão previstas realizar, na Guiné Equatorial, três ações de formação para capacitação no domínio dos direitos humanos, canceladas pelo Governo devido ao contexto da pandemia, apesar dos esforços desenvolvidos no seu combate.



O Plenário procedeu, em seguida, a uma discussão abrangente, franca e participada sobre aspetos processuais e de circulação de informação entre o SPAD e os EM.

O DGPDN de Portugal assinalou que, na medida do possível, o SPAD reforçará as redundâncias nas comunicações e apelou a que cada EM construa e organize os seus modelos internos de circulação de informação, por forma a tornar mais eficaz o trabalho da Componente de Defesa, designadamente o envio em tempo hábil de contributos solicitados, o assinalar a receção de comunicações e pedidos, e a adoção do procedimento de silêncio.

O DND de Cabo Verde assinalou o trabalho extraordinário do SPAD, centrando nos EM as dificuldades na circulação de informação e na passagem de testemunho entre responsáveis pela Componente de Defesa da CPLP.

Conclusões operacionais

Em relação ao ponto 1 da agenda, e tendo os/as DPDN/CPLP assumido o compromisso de garantir as respostas atempadas e oportunas das suas estruturas, foi concluído por consenso:

- *Renovar o mandato do GT, coordenado por Portugal, no sentido de apresentar uma proposta ao ciclo de decisão da Componente de Defesa;*
- *Instar os EM a confirmarem/indicarem os respetivos POC no GT até ao dia 29 de outubro de 2021;*
- *Anexar a lista de POC do GT à presente Ata (Anexo B);*
- *Rever o documento de enquadramento;*
- *Aprovar um cronograma de ações para desenvolvimento deste ponto de agenda (Anexo C);*
- *Mandar a Presidência deste órgão para transmitir a São Tomé e Príncipe e a Timor-Leste os desenvolvimentos havidos neste ponto de agenda.*

Ponto 2. – Proposta de alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

O Presidente do órgão deu a palavra ao DGPDN de Portugal, na qualidade de proponente do tema, tendo este indicado as razões que fundamentavam a proposta apresentada e que se encontravam descritas no apontamento de 21 de julho de 2021, oportunamente circulado através do SPAD (Anexo D), bem como apresentado a seguinte proposta concreta:

- A criação da Presidência da Componente de Defesa consideraria, na globalidade, os seus órgãos (com a exceção do CAE/CPLP e do SPAD) e seria assumida pelo EM que presidir à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP;



- A Presidência da Componente de Defesa da CPLP teria uma periodicidade bienal, sem prejuízo de se realizarem reuniões anuais de todos os seus órgãos;
- A Reunião de MDN, enquanto órgão da CPLP decisório ao nível da Componente de Defesa, seria acolhida pelo EM que detém a Presidência da Componente, pelo menos uma vez durante o ciclo bienal da mesma;
- As reuniões dos restantes órgãos da Componente de Defesa da CPLP seriam presididas pelo EM que as acolher, mantendo-se distribuídas pelos diversos países, com exceção de uma das reuniões de DPDN, que se realiza no dia imediatamente anterior à reunião de MDN;
- Assim, a taxa de esforço de cada EM, em termos de acolhimento de Reuniões dos órgãos da Componente de Defesa, não se alterara substancialmente;
- O SPAD seria mandatado para, tendo presente a Resolução sobre a Adoção de um Quadro Orientador para a Elaboração dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais da CPLP, dar sequência a este alinhamento, identificando e propondo as alterações ao nível do Protocolo (a efetivar em tempo oportuno), dos regulamentos, regimentos ou outras que devam ocorrer, bem como os procedimentos formais a adotar nas reuniões, em especial no que respeita à organização e condução das mesmas;
- Desde 17 de julho de 2021, Angola detém a Presidência da CPLP, estando perspectivado o próximo mandato ficar a cargo de São Tomé e Príncipe, em 2023, pelo que:
 - O EM que assumir a presidência da Componente de Defesa da CPLP, organizará as Reuniões de MDN/CPLP (pelo menos uma vez durante o ciclo bienal da mesma) e de DPDN/CPLP que antecedem aquela;
 - Entre 2022 e 2023, optar-se-ia por um período transitório, em que a Presidência incumbiria a Angola;
 - A partir da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP e de novo mandato em 2023, a Presidência incumbiria a São Tomé e Príncipe;
- A Presidência do Órgão transmitirá a São Tomé e Príncipe e a Timor Leste a decisão que vier a ser tomada;
- Esta proposta seria submetida à Reunião de MDN/CPLP, em 2022, para aprovação.

O representante do SECPLP considerou a proposta vantajosa, porém dependente de consenso entre os EM.



Conclusões operacionais

O representante do DNPd de Angola, o CAE do Brasil, o DND de Cabo Verde, o DGPDN da Guiné-Bissau, a DGCM da Guiné Equatorial, o DNPd de Moçambique e o DGPDN de Portugal manifestaram concordância com esta proposta, considerando as vantagens daí decorrentes, pelo que foi aprovado por consenso que a mesma se encontra em condições de ser submetida ao processo de decisão da Componente de Defesa.

O Plenário, por consenso, mandou a Presidência deste órgão para transmitir a São Tomé e Príncipe e a Timor-Leste, os desenvolvimentos havidos neste ponto de agenda.

O Plenário mandou ainda, por consenso, o SPAD para desde já, e tendo presente a Resolução sobre a Adoção de um Quadro Orientador para a Elaboração dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais da CPLP, identificar e propor as alterações, regimentais, procedimentais ou outras, necessárias à concretização deste alinhamento.

Ponto 3 – Outros assuntos – CAE/CPLP

O Presidente do órgão deu a palavra ao Diretor do CAE/CPLP, que na sua apresentação (Anexo E) destacou:

- As principais atividades realizadas desde a última Reunião de DPdN/CPLP;
- Atividades a realizar, com destaque para o XXIII Seminário Político-Estratégico do CAE/CPLP sobre “A Segurança Marítima no Canal de Moçambique: Desafios e Oportunidades para a segurança e o desenvolvimento regional”, a decorrer em 25 de novembro de 2021, no Espaço CPLP e no canal Youtube daquele Centro;
- Inauguração presencial e digital, em 9 de setembro de 2021, do Espaço CPLP, financiado pelo fundo especial da CPLP, com doação na íntegra pelo Brasil;
- Readaptação do projeto, em curso, de edificação de biblioteca do CAE/CPLP, motivada por dificuldades de financiamento;
- Relatório do Grupo de Reflexão n.º 1/2021 do CAE/CPLP (GR1/2021), colocado à disposição dos/as DPdN/CPLP, através do SPAD;
- Apresentação do projeto Rede Estratégica do CAE/CPLP (RECAE), com o objetivo de se constituir como uma plataforma de atuação interinstitucional dos EM da CPLP, congregando diversos organismos de natureza académica vocacionada para o domínio da Estratégia;
- Divulgação dos contactos do Centro, incluindo redes sociais.



O Plenário elogiou amplamente o trabalho desenvolvido pelo CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo enquanto Diretor do CAE/CPLP, e enalteceu, ainda, o apoio prestado por Moçambique a este Centro.

O Plenário formulou, ainda, votos de felicidades e sucesso, ao DND de Cabo Verde, futuro Diretor do CAE/CPLP, assegurando o apoio e empenhamento de todos os EM no cumprimento da missão.

A DGCM da Guiné Equatorial expressou vontade de envolvimento nos trabalhos do CAE/CPLP.

O DNPD de Moçambique propôs que fosse encontrada uma forma de reconhecer o trabalho desenvolvido em prol da Componente de Defesa, a título exemplificativo através de medalha ou distintivo próprio.

O DGPDN de Portugal incentivou o CAE/CPLP, nas suas iniciativas de reflexão, a um maior alinhamento, no conteúdo e no calendário, com temas, assuntos e processos inseridos nas prioridades da Componente de Defesa e dos EM. Enalteceu o projeto RECAE e considerou que o relatório do GR1/2021 deve ser amadurecido pelos Núcleos Nacionais.

O Diretor do CAE/CPLP agradeceu as palavras que lhe foram endereçadas, transmitiu o enorme gosto e honra que teve no desempenho deste cargo e reconheceu o contributo fundamental da equipa que o acompanhou no Centro para o cumprimento dos objetivos traçados.

O Plenário, tendo tido conhecimento de que esta seria a última Reunião de órgãos da CPLP em que a Dra. Cláudia Bicho participaria, elogiou e aplaudiu o trabalho que desenvolveu no SPAD, nos últimos três anos, tendo o DND de Cabo Verde sugerido que este elogio figurasse em Ata, o que foi aceite por consenso.

A Dra. Cláudia Bicho agradeceu o reconhecimento, considerando que foram três anos de trabalho muito completo e formulando votos no sentido da Componente de Defesa prosseguir e alcançar os seus objetivos, ainda que com os ajustes e afinações que se mostrem necessários.

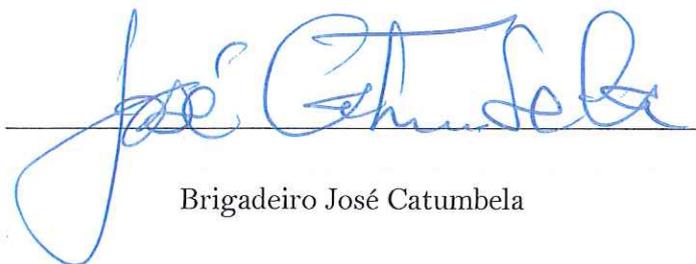
Ao encerrar os trabalhos, o CAE do Brasil cumprimentou e agradeceu o contributo de todos os Estados-Membros para os resultados obtidos nesta Reunião, e reconheceu e agradeceu o apoio da equipa do Ministério da Defesa do Brasil na criação das melhores condições para a sua consecução.

Concluída a discussão dos pontos da agenda, o CAE do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil deu por finda a XIV Reunião de Diretores/as de Política de Defesa Nacional ou Equiparados/as da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente ata.

Salvador, Bahia, Brasil, aos 28 de outubro de 2021.

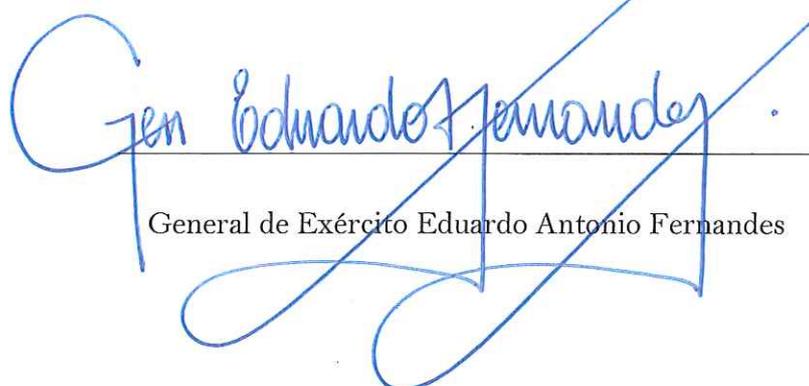


O representante do Diretor Nacional de Política de Defesa do
Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria da República de Angola



Brigadeiro José Catumbela

O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil



General de Exército Eduardo Antonio Fernandes

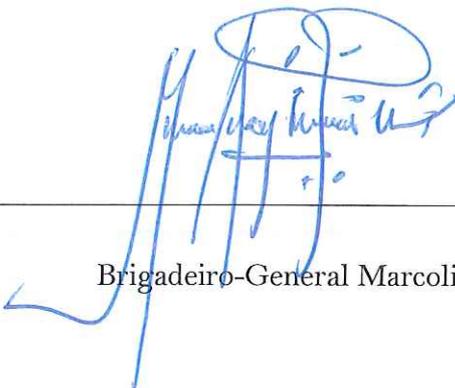
O Diretor Nacional da Defesa do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde



Coronel Armindo Sá Miranda



O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria da República da Guiné-Bissau



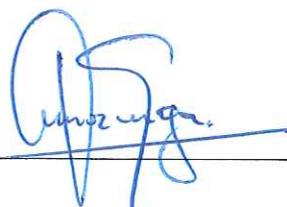
Brigadeiro-General Marcolino Alves

A Diretora-Geral de Cooperação Militar do Ministério da Defesa da República da Guiné Equatorial



Dra. Aquilina Mangué Evuna

O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Moçambique



Coronel de Infantaria Omar Nalá Saranga



O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da
República Portuguesa

Dr. Paulo Lourenço

ANEXOS

- A. Agenda e delegações da XIV Reunião de DPDN/CPLP
- B. Lista de POC do GT “Operações Paz das Nações Unidas”
- C. Proposta de cronograma de ações “Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas”
- D. Apontamento “Alinhamento entre a Presidência da Componente de Defesa e a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP”
- E. Apresentação/Informe do CAE/CPLP